



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**REUNIÃO GRUPO DO CONSÓRCIO**

**LOCAL:** Rua Esteves Junior, 160, 8º andar – sala de reuniões. Florianópolis.

**DATA:** 23 de julho de 2018

**HORÁRIO:** 13:30h

**PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes de Costa Remor (CIB), Karin Geller (SUR), Nelly A. de Souza (GECOS), Helma Finta Uba (GEPRO), Fábio Antônio de Souza (GECOA).

**COSEMS:** Diogo Demarchi Silva (COSEMS), Edson Medeiros (COSEMS), Claiton Camargo de Souza (Lages), Cleones Hostins (CIAMVI - Blumenau), Simone A de Souza (Joinville), Ana Maria G. Jansen (Consórcio - Joinville), Maristela Bisognin Santi Rocha (Chapecó).

**COORDENAÇÃO: DIOGO DEMARCHI**

Diogo Demarchi, assessor técnico do Cosems, lembra que no Encontro do Cosems em Joinville (dezembro de 2018) foi decidido sobre a constituição do Grupo para estudar e organizar os Consórcios para apresentação da produção e faturamento e outros. Diogo refere que a preocupação maior no consórcio é sobre o registro dos dados. Que a falta de registro dos dados resultou em série histórica deformada ou inconsistente. Diogo cita que apresentou o tema no Ministério da Saúde para viabilizar os encaminhamentos. Digo cita ainda que, pela lógica, o município que produz deveria registrar a produção. Karin Geller, Superintendente de Regulação, coloca que há municípios que apresentam dificuldades em realizar o seu processamento; processar a produção do consórcio também será ainda mais difícil. Diogo informa que em Minas Gerais existe uma Deliberação sobre o processamento do consórcio. Objetivos do estudo, segundo Diogo: – parâmetro de valores dentro da região; – comando único; – instrumento de programação. Karin Geller esclarece que na programação da PPI não aparece o recurso estadual e nem municipal investido. A Deliberação 35/CIB/2005 trata sobre os consórcios. Existem 17 consórcios cadastrados no CNES, sendo 01 consórcio privado (o de Araranguá). Karin Geller sugere que as discussões iniciem-se pela revisão da Deliberação 35/CIB/2005 e a Deliberação de Minas Gerais, lembrando que o consórcio é uma autarquia municipal. Como colocar o consórcio no sistema para poder registrar a produção? Karin Geller refere que a regulação conseguiu mostrar que consórcio é SUS. Sugerido que a CIR discuta consórcio e que o consórcio participe das discussões da CIR. Ana Jansen de Joinville coloca que muitos prefeitos não sabem o que é deliberado na CIR e, conseqüentemente, não sabem o impacto do que foi deliberado e o ordenador primário é o prefeito. Cleonis Hostins do Consórcio da AMVI refere que os prefeitos preocupam-se



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

49 muito com o processo em saúde, até em função da crise que vive o país. Diogo  
50 Demarchi sugere que o grupo faça a revisão da Deliberação 35/2005 para a  
51 reunião da C.T. de Gestão de 16 de agosto e, a reunião do consórcio seja  
52 realizada no dia 15 de agosto, no período da tarde.

53

54 **Pauta de Agosto**

55 – Revisão da Deliberação 35/2005.

56

57

**Lourdes de Costa Remor**

58

Secretária da Comissão Intergestores Bipartite

59